



**LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DOS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i60.9235



Tereza Cecília Costa do Nascimento

Universidade Federal do Sergipe – UFS – Brasil

Marley Rosana Melo de Araújo

Universidade Federal do Sergipe – UFS – Brasil



Resumo:

A precarização do trabalho revela-se uma tendência contemporânea. Compreender os efeitos desse processo é importante para a proposição de ações capazes de reverter a progressiva deterioração dos direitos e garantias indispensáveis à saúde e bem-estar dos trabalhadores. Objetivou-se, com este estudo, analisar artigos publicados sobre a precarização do trabalho no Brasil, entre os anos de 2005 e 2015, em duas bases de dados (*Scielo* e *Pepsic*), de forma a identificar tendências e lacunas para a elaboração de uma agenda de pesquisa que estimule os pesquisadores. Utilizou-se o descritor “precarização do trabalho”, a partir do qual foi possível recuperar, na íntegra, 17 artigos. Os critérios de inclusão dos artigos foram ter como tema principal a precarização do trabalho e ter publicação no intervalo temporal entre 2005 e 2015. Foram realizadas análises bibliométrica e de conteúdo. Os trabalhos foram agrupados em três categorias: (1) caracterização de contextos laborais precários; (2) efeitos psicossociais da precarização; e (3) análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho, propiciadoras de precarização. As apreciações realizadas apontaram perspectivas de estudos sobre o tema

precarização do trabalho capazes de alargar a compreensão do fenômeno e seus impactos sobre o indivíduo enquanto ser psicossocial.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Condições de trabalho. Revisão sistemática de literatura.

Introdução.

O trabalho deriva de necessidades genuínas do homem na medida em que é através do mesmo que a natureza é transformada para o atendimento de seus anseios vitais. Ele ocupa um inegável e largo espaço na constituição da vida de uma pessoa, configurando-se como fonte relevante de significados. A ocupação de um ser humano, expressa por meio de suas atividades diárias, ao satisfazerem suas necessidades básicas e motivacionais, é parte nuclear de seu autoconceito, essencial para a construção de sua autoestima (ZANELLI, 2010).

Ao longo do tempo, o mundo do trabalho modificou-se drasticamente e, especialmente nas últimas décadas, assumiu uma configuração peculiar decorrente da crise do modo de regulação fordista, a qual denunciava seu esgotamento enquanto paradigma societal e de organização do trabalho, concebendo os imperativos da reestruturação produtiva e da transição para a etapa contemporânea do capitalismo, denominada por alguns autores como acumulação flexível (DRUCK, 1999; PIORE; SABEL, 1984). Os processos e práticas de trabalho preconizados por este modo de organização e regulação do trabalho afetaram indistintamente países desenvolvidos e em desenvolvimento (ARNOLD; BONGIOVI, 2013).

A condição de assalariamento, constante de relações formalizadas de emprego, ainda constitui uma das mais espontâneas imagens ilustrativas de trabalho no contexto das relações sociais, permitindo para o sujeito a vivência de inserção social e, mesmo, de cidadania (LIMA, 2006). Contudo, as relações de trabalho próprias do padrão fordista de produção vêm sendo substituídas por formas flexibilizadas e desregulamentadas de trabalho, alterando as relações contratuais de trabalho, levando à perda dos direitos sociais e à degradação das condições de vida de trabalhadores que têm na atividade laboral o seu sustento (COSTA; TAMBELLINI, 2009).

A transformação trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modelo de trabalho e de vida, pautado na flexibilização e na precarização do trabalho como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a globalização do capital num grau inédito (DRUCK, 2011). Como produto das exigências do mercado de concorrência globalizada e da necessidade de reestruturação produtiva para atender às instâncias desse contexto, houve uma proliferação dos trabalhos tornados precários, que se encontram em expansão no mundo agrário, industrial e de serviços (ANTUNES, 2011), em substituição às formas de emprego homogêneas e estáveis, acompanhada pelo desemprego estrutural nos principais países capitalistas. Estabelecem-se precários contratos de trabalho, subcontratação em cascata, configurando uma externalização de riscos e responsabilidades, com redução de salários e de empregos (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999). Embora a precarização esteja no cerne da história do capitalismo e na exploração incessante da força de trabalho, observa-se, na atualidade, que o trabalhador perdeu as garantias peculiares do período fordista, no qual contratos de trabalho fundamentados em relações estáveis de emprego eram estabelecidos e proporcionavam benefícios àqueles empenhados com o alcance das metas organizacionais (DRUCK, 2011).

A partir do final do século XX, verificam-se modalidades da precarização próprias da fase da flexibilidade toyotizada, com seus traços de continuidade e descontinuidade em relação ao modo de produção taylorista-fordista (ANTUNES, 2011). Conforme Druck (2011), trata-se de um processo que se instala econômica, social e politicamente, justificado pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais.

Os empregos precários já não resultam da ausência de crescimento econômico, mas são inerentes ao próprio modelo de crescimento (COSTA; TAMBELLINI, 2009). Hoje, empregos flexíveis são amplamente difundidos em economias em desenvolvimento e crescem em países desenvolvidos. Na Espanha, por exemplo, somente o emprego com contrato temporário já representa cerca de 30% do emprego assalariado desde 1990 (VIVES et al., 2010). A precarização revela-se uma tendência que atinge os trabalhadores, independentemente do segmento onde desenvolvam as suas atividades, seja ele público, privado ou autônomo, com gradações distintas no que concerne à desestruturação da existência e das estruturas temporais dos indivíduos, conferindo incerteza ao futuro e generalizando a insegurança como modo de

vida (LIMA, 2010), ainda que mulheres, jovens, negros e os mais velhos sejam os grupos em que a precarização se encontra mais difundida (CADONÁ; GÓES, 2013; HIRATA, 2009).

A precarização traduz-se no universo do trabalho através de: intermitência dos contratos, temporalizados em função dos interesses empresariais (por tempo determinado, pela redução da jornada), além das mudanças na modalidade desse contrato que poderá ser de assessoria, consultoria, empresas individuais, cooperativas de trabalho, descaracterizando a relação salarial; informalidade; desregulamentação da legislação trabalhista; baixos salários; gestão organizacional que impõe metas de difícil atendimento; assédio moral; extensão, intensificação e indeterminação da jornada de trabalho; polivalência e plurifuncionalidade do trabalhador; terceirização e quarteirização de serviços; maior exposição de fatores de risco à saúde e segurança do trabalhador; falta de investimentos em capacitação e educação continuada; fragilização dos sindicatos e das ações coletivas de resistência; desemprego; desresponsabilização do Estado pela fiscalização e normatização das condições em que o trabalho é exercido; gestão do trabalho que transfere os ônus do labor (acidentes, qualificação, alimentação) ao trabalhador; dentre outros (ABRAMIDES; CABRAL, 2003; DRUCK, 2011; LIMA, 2006; NAVARRO; PADILHA, 2007; PADILHA, 2009; VIVES et al., 2010).

Adicionada a essas questões, no caso brasileiro, observa-se, ainda, um paulatino processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho, como resultado de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais (BORGES; YAMAMOTO, 2014; GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999). Leite (2003) chama a atenção para a noção de que o trabalho tem se tornado escasso no núcleo moderno das cadeias produtivas de onde é expulso para se expandir em uma “periferia precária”, via mecanismos de terceirização, colocando em pauta o grave problema da empregabilidade dos indivíduos, não somente daqueles - mais ameaçados e desqualificados- que margeiam tais contextos produtivos, como também a possível não empregabilidade dos qualificados.

A consequente degradação das condições materiais de vida, das formas de reprodução, agravada pela ausência de mecanismos de proteção social e associada à desestruturação/reconstrução de identidades geradas em torno do trabalho configura questão social premente. As repercussões para a saúde biopsicossocial, de natureza diversa, situam-se

no cerne dessa problemática (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999). Logo, percebe-se que a precarização repercute na integralidade da vida do indivíduo, não só do ponto de vista financeiro, como também de sua saúde física e psíquica, constituindo-se um tema de relevância social na contemporaneidade, mormente, devido ao seu amplo espectro.

Em um contato preliminar com a literatura brasileira, verifica-se que vários campos do saber têm se interessado por esse fenômeno, tais como a sociologia (DRUCK, 2011; ANTUNES, 2011), enfermagem (SOUZA et al., 2010) e serviço social (RAICHELIS, 2011; 2013). Entretanto, não se tem notícia de estudos que caracterizem o quadro de produção acadêmica de forma sistemática. Foi observada, também, uma pequena gama de contribuições por parte da psicologia, o que é preocupante, pois somente a partir da compreensão sobre as consequências da precarização do trabalho na saúde psíquica, no comportamento humano e nas organizações nas quais as relações laborais edificam-se, é possível a proposição de iniciativas capazes de reverter o processo ascendente de deterioração de direitos e garantias indispensáveis à saúde e bem-estar dos trabalhadores. Dessa forma, entende-se que conhecer as produções científicas brasileiras desenvolvidas na atualidade sobre a precarização do trabalho representa uma tarefa valiosa para a identificação de lacunas e direcionamento de novos estudos. Assim, esta pesquisa objetivou analisar artigos publicados no Brasil sobre a precarização do trabalho.

Método.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, realizada através da busca eletrônica de artigos indexados com o descritor “precarização do trabalho” em todos os índices, em duas importantes bases de dados brasileiras de livre acesso: *Pepsic* (pepsic.bvsalud.org) e *Scielo* (www.scielo.br). Ambas são constituídas por textos completos e permitem acesso gratuito. Entretanto, a base *Pepsic* engloba periódicos pertencentes à psicologia e áreas afins, enquanto a base *Scielo* caracteriza-se como uma biblioteca eletrônica multidisciplinar. A opção por estas fontes de consulta respaldou-se no fato de que, juntas, elas integram quase a totalidade da produção psicológica indexada no Brasil (ZOLTOWSKI et al, 2014).

Inicialmente, foi efetuado um apanhado dos artigos existentes em cada uma das bases com o descritor “precarização do trabalho”, sendo identificadas 17 publicações no *site* do *Scielo* do

Brasil e 6 no endereço eletrônico do *Pepsic*, totalizando 23 estudos. Contudo, esse número foi reduzido para 17 após a supressão de trabalhos que não obedeceram aos critérios de inclusão, quais sejam: ser material no formato de artigo, ter como tema principal a precarização do trabalho e ter sido publicado entre os anos de 2005 e 2015. A escolha deste lapso temporal foi fruto da crença de que esse período confere contemporaneidade à pesquisa, podendo, portanto, gerar melhores encaminhamentos decorrentes do seu resultado. Assim, 17 artigos constituem a amostra deste estudo, os quais foram analisados na íntegra.

Os elementos prioritariamente observados nos trabalhos selecionados foram objetivos, autoria, periódico de veiculação, local de realização da pesquisa, método, principais contribuições dos estudos. No que concerne aos elementos autoria, periódico de veiculação, local de realização da pesquisa e método, foi feita uma análise bibliométrica, que pode ser entendida como uma técnica quantitativa que visa mensurar os aspectos relativos à produção científica (BUFREM; PRATES, 2005). Já no que tange aos objetivos e principais contribuições, foi feita análise de conteúdo conforme os procedimentos de análise de dados propostos por Bardin (2016), os quais incluem as fases: a) pré-análise: consistindo na organização do material através da sistematização de suas ideias iniciais; b) exploração do material: que engloba a codificação, definição de categorias de análise, identificação das unidades de registro e de contexto nos documentos; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação: momento onde ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Seguindo os pressupostos supramencionados, os artigos eleitos foram classificados em três categorias, de acordo com a sua temática central:

- (1) “Caracterização de contextos laborais precários”: estudos que apresentaram situações de grupos ocupacionais específicos e refletiram sobre as consequências da condição laboral vivenciada pelo indivíduo a partir de várias perspectivas;
- (2) “Efeitos psicossociais da precarização”: artigos que priorizavam a discussão de questões subjetivas atreladas a situações sociais impostas pelo processo de precarização;
- (3) “Análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho, propiciadoras de precarização”: trabalhos que tratam dos eventos sócio históricos provocados pelo desenvolvimento do capitalismo que culminaram com a flexibilização, ocasionando ruptura de vínculos empregatícios, desestabilização e acentuação de condições precárias de trabalho.

Resultados e discussão.

Os resultados e a discussão tratam, inicialmente, dos aspectos bibliométricos (autoria, periódico de veiculação e tipos de estudo) e, em seguida, de questões referentes à análise de conteúdo, especificamente a discussão das três categorias temáticas delimitadas.

Análise bibliométrica.

Autoria.

Procedeu-se a um levantamento acerca da formação acadêmica dos primeiros autores de cada um dos 17 trabalhos considerados neste estudo. Deste total, 2 trabalhos foram escritos por um mesmo autor (LIMA, 2009; 2010), enquanto os demais corresponderam a autores diferentes. Verificou-se que dos 16 autores, 15 (93,8%) possuíam doutorado. Dentre as áreas de conhecimento, constatou-se a seguinte distribuição: 9 (56,3%) eram de ciências sociais (ANTUNES, 2011; ARAÚJO, 2013; CADONÁ; GÓES, 2013; FRANCO, 2011; FREIRE, 2008; GRAZIA, 2007; LIMA, 2009; 2010; MONTALI, 2006; WOLFF, 2014), 2 (12,5%) de administração (MELLO; MARÇAL; FONSÊCA, 2009; PEREIRA; BRITO, 2006), 1 (6,2%) de geografia (DOURADO, 2014), 2 (12,5%) de psicologia (BERNARDO; VERDE; PINZÓN, 2013; SILVA; MUNIZ, 2011) e 2 (12,5%) de saúde coletiva (FERRAZ; GOMES, 2012; PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014). Os resultados obtidos apontam que a área de ciências sociais compreende um pouco mais da metade dos estudos nacionais sobre precarização do trabalho publicados em periódicos, e que a comunidade acadêmica em psicologia no Brasil, se estiver envidando esforços para compreender e caracterizar esse fenômeno, carece de divulgar mais os produtos de tais iniciativas, especialmente em periódicos, os quais ampliam a abrangência de público leitor.

É lícito ratificar que o recorte metodológico do presente estudo não considerou veículos de conhecimento como livros, dissertações e teses produzidas por pesquisadores da área de psicologia quando da análise bibliométrica, o que não significa que não existam, a exemplo de Borges, Vitullo e Ponte (2012), Lima (2012) e Menezes (2010). Mesmo diante de uma pequena representação desse campo de conhecimento pela psicologia em periódicos, a tônica psicológica emerge em vários dos trabalhos analisados (BERNARDO; VERDE; PINZÓN,

2013; FREIRE, 2008; GRAZIA, 2007; PEREIRA; BRITO, 2006; SILVA; MUNIZ, 2011) desinente da complexidade, abrangência do tema e do fato de que a precarização repercute articuladamente nas várias dimensões existenciais. Dentre os conteúdos psicológicos observados, pode-se exemplificar o sofrimento psíquico dos indivíduos em situação de desemprego e/ou submetidos a trabalhos instáveis, as vivências de assédio moral, a resignificação de emoções e acontecimentos e reestruturação cognitiva, dentre outros.

Periódico de veiculação.

Em relação à área focal de interesse dos periódicos, verificou-se que o maior número de publicações ocorreu em revistas de ciências sociais, com 7 trabalhos (41,1%). As áreas contempladas pelas demais publicações foram: psicologia - 6 estudos (35,2%); geografia - 2 trabalhos (11,8%); educação e saúde - 1 artigo (5,9%) e administração - 1 estudo (5,9%). Vale salientar que uma das revistas classificada como interdisciplinar foi agrupada de acordo com o centro de vinculação junto à universidade a qual pertencia.

No que concerne à região geográfica de localização dos periódicos, constata-se que a predominância dos veículos que publicaram artigos sobre precarização do trabalho encontra-se no Sudeste (53,8%), seguido pelo Nordeste (23,0%), Sul (15,3%) e Distrito Federal (7,6%). Como 84,6% dos periódicos considerados vinculam-se a universidades, esse resultado é coerente com Bastos et al. (2014), quando afirmam que Sul e Sudeste reúnem a maioria das instituições de ensino superior do país, podendo o destaque conferido às publicações oriundas do Sudeste estar sinalizando para essa concentração institucional. Já a representatividade nordestina advém da Universidade Federal da Bahia possuir o grupo de pesquisa “Trabalho, Trabalhadores e Reprodução Social”, atuando desde o ano 2000 em temáticas de precarização.

Tipo de estudo.

Os estudos sobre precarização assumiram diferentes paradigmas de pesquisa. Dos 17 artigos examinados, 5 (29,4%) tinham caráter eminentemente teórico (ANTUNES, 2011; FRANCO, 2011; FREIRE, 2008; LIMA, 2009; 2010) e o restante eram trabalhos empíricos, sendo 10

(58,8%) qualitativos (ARAÚJO, 2013; BERNARDO; VERDE; PINZÓN, 2013; DOURADO, 2014; FERRAZ; GOMES, 2012; GRAZIA, 2007; MELLO; MARÇAL; FONSÊCA, 2009; MONTALI, 2006; PEREIRA; BRITO, 2006; SILVA; MUNIZ, 2011; PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014); e 2 quantitativos (11,7%) (CADONÁ; GÓES, 2013; WOLFF, 2014). O fato das produções, em sua maioria, serem qualitativas impede, a princípio, que as descobertas encontradas nos estudos sejam generalizadas para grupos distintos daqueles pesquisados. Em contrapartida, as reflexões trazidas por esses trabalhos possuem um nível de profundidade que supera essa lacuna, adicionando novos elementos à compreensão do tema precarização. Conforme Günther (2006), as descobertas provenientes de estudos qualitativos dependem de uma argumentação explícita e consistente que indique quais generalizações são pertinentes para a realidade específica estudada. Já no que tange à pesquisa quantitativa, uma amostra representativa permitiria uma generalização dos resultados, a partir de um processo indutivo capaz de permitir o teste de hipóteses e as generalizações. Nesse sentido, entende-se que os delineamentos de pesquisa permitem a compreensão de um certo objeto de maneiras distintas, porém complementares, o que endossa a necessidade de diferentes olhares sobre o mesmo objeto de pesquisa.

Análise de conteúdo.

Caracterização de contextos laborais precários.

Esta categoria compreende as produções que analisaram um cenário de trabalho em particular, ou seja, a precarização foi demonstrada a partir do detalhamento de um determinado espaço laboral. Fazem parte deste grupo 6 (35,2%) estudos que buscaram a compreensão das consequências da precarização nos espaços agrícola (DOURADO, 2014), portuário (ARAÚJO, 2013), hospitalar (BERNARDO; VERDE; PIZON, 2013; SILVA; MUNIZ, 2011), da catação de materiais recicláveis (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014) e de tecnologia da informação (WOLFF, 2014). Apesar dos segmentos tratados serem distintos, as mudanças históricas do capitalismo têm se expandido para todos os setores da sociedade, interferindo nas formas de trabalho, gerando sofrimento e necessidade de readaptação contínua do indivíduo às novas realidades (ANTUNES, 2005).

Os trabalhos de Bernardo, Verde e Pinzón (2013) e de Silva e Muniz (2011) objetivaram analisar as vivências subjetivas dos trabalhadores da área de saúde, os quais percebiam o seu ambiente laboral invadido pela ideologia neoliberal e imerso em problemas estruturais que refletiam em suas vidas e saúde e, possivelmente, na qualidade do serviço oferecido. Os autores em tela reafirmaram a necessidade de mais pesquisas sobre as tramas intersubjetivas que o indivíduo trava no enfrentamento de condições laborais precárias.

Os trabalhos citados assinalam o impacto da precarização do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores, subentendendo uma associação também defendida por Seligmann-Silva (2011), ao propor um panorama de confluências entre precarizações social, ética, do trabalho, da saúde e do meio ambiente. Vários caminhos podem relacionar precarização do trabalho e resultados adversos para a saúde, a exemplo dos efeitos da privação econômica e social, de precários ambientes laborais e de padrões deficitários de atuação organizacional em saúde e segurança ocupacionais. Contudo, ainda que exista consenso sobre a expansão de trabalhos precários e suas consequências para a saúde, e que a relação preconizada seja plausível, ainda carece de maiores evidências empíricas (VIVES et al., 2010). Lima (2013) questiona a existência e possibilidade de comprovação donexo causal entre transtornos mentais e trabalho, muito embora pondere, por resultados favoráveis de seus próprios estudos, que certas condições adversas de trabalho podem favorecer a emergência de transtornos mentais específicos. Sendo assim, recomenda-se aos estudos sobre a relação precarização do trabalho e saúde, uma maior dedicação ao delineamento metodológico, pois somente desta forma a discussão sobre os efeitos da precarização para o bem-estar do trabalhador pode ultrapassar o caráter predominantemente conceitual.

Os demais artigos que compõem a presente categoria detalharam, através de um apanhado das mudanças de gestão de negócios e de políticas públicas, a configuração das relações produtivas nos ambientes investigados. Wolff (2014) apresentou o arranjo produtivo de tecnologia da informação da região de Londrina (PR) e constatou que microempresas passaram a realizar processos mais simples das cadeias de valor das corporações executoras de tecnologias avançadas, utilizando força de trabalho de baixo grau (relativo) de escolaridade, com poucos salários, o que elevava o índice de rotatividade. Pereira, Secco e

Carvalho (2014), por sua vez, caracterizaram a organização de catadores de lixo em cooperativas, como uma forma de resistência solidária no mercado de reciclagem.

A proposta toyotista de “empresa enxuta” significou uma generalização dos processos de terceirização, com a focalização e a subcontratação de outras empresas para a elaboração de atividades consideradas secundárias. Nas redes de subcontratação, desaparece a proposta da revalorização do trabalho, tendo a redução de custos como meta. O enriquecimento de tarefas, o trabalho em equipes, a valorização do conhecimento do trabalhador, mantêm-se no núcleo das empresas contratantes, enquanto na “periferia” fornecedora coexistem trabalhos com contratos precários, qualificação restrita e baixos salários (LIMA, 2006).

Já nos contextos agrícola e portuário, debatidos respectivamente nos estudos de Dourado (2014) e Araújo (2013), observou-se que a modernização tecnológica desencadeou transformações no campo e nos portos, acentuadas em função da reestruturação produtiva do capital. No campo, além dos elementos típicos da exploração de mão de obra pelo capitalismo, houve a alteração de um estilo de vida camponês abalado pela dinâmica do agronegócio, que conferiu novo significado à relação do indivíduo com o fruto do seu trabalho. No trabalho portuário, a precariedade foi consequência de práticas que levaram à diminuição dos postos de trabalho, da aplicação eletrônica de sistemas de rodízio e da assistência reduzida aos trabalhadores. A automação e a informatização comparecem como poupadores de mão de obra na gestão contemporânea, garantindo o redimensionamento e otimização do uso da força de trabalho, consoante com o cenário descrito por Rodrigues (2012) sobre o processo de modernização tecnológica ocorrido no setor bancário brasileiro.

Borges e Yamamoto (2014) chamam a atenção para que a aplicação de políticas poupadoras de mão de obra não decorre apenas da adoção de novas tecnologias, conforme foi ilustrado nos estudos de Dourado (2014) e Araújo (2013), mas também das práticas de gestão organizacional que estrategicamente concentram suas ações nas atividades-fim e eliminam ou terceirizam setores e/ou processos, concernente ao cenário apresentado em Wolff (2014). Paradoxalmente, a consequência dessas medidas de redução de custos com pessoal é o aumento da complexidade da gestão organizacional, ao invés de sua simplificação. Cabe elucidar, também, alguns aspectos pertinentes aos avanços tecnológicos poupadores de mão de obra, os quais poderiam ser positivos se implicassem na possibilidade de liberação de

operações de menor qualificação que seriam executadas pelo maquinário automatizado e informatizado para que o trabalhador pudesse realizar atividades laborais de maior apelo intelectual e criativo. Seria uma troca promissora, não fosse o obstáculo posto pelo déficit educacional peculiar do brasileiro - a escolaridade média da população acima de 25 anos em 2013 era de 7,7 anos de estudo (PORTAL BRASIL, 2014) -, impondo possíveis dificuldades de assunção de postos de trabalho mais complexos. Como corolário para esse cenário, a modernização tecnológica poderia carrear em maior desemprego e informalidade.

Além dos processos de terceirização terem cooperado para que as relações sociais de trabalho se tornassem frágeis e instáveis, aumentando a percepção de insegurança e incerteza da parte dos trabalhadores (SELIGMANN-SILVA, 2011), golpes mais acentuados foram identificados nas relações com as entidades de representação de classe. O movimento sindical no Brasil e em países mais avançados perdeu fôlego, com um decréscimo relativo e absoluto no número de trabalhadores sindicalizados a partir da década de 1970 (BARBOSA, 2010). O relativo esvaziamento da instância sindical como espaço ativo na representação de interesses dos trabalhadores denota uma fragilização de estratégias coletivas de resistência. Cabem os questionamentos: tal fato significa que o capital estaria realizando seu propósito de dominação sobre o trabalho? E sendo este o caso, como ficaria a dialética luta de classes?

Os resultados dos trabalhos desta categoria corroboram Lima (2010) e Standing (2011), no sentido de que a precarização do trabalho emerge na atualidade em diferentes espaços laborais, tanto no setor privado como no público, e tanto entre postos de trabalho com vínculo temporário e jornadas de meio-expediente, quanto entre aqueles ditos padrão (com vínculo permanente e jornada integral). Os resultados evidenciam a importância de investigar contextos específicos para a proposição de políticas públicas e melhorias para cada realidade.

Efeitos psicossociais da precarização.

Esta categoria compreende 6 (35,2%) artigos que têm como propósito investigar questões sociais relativas à precarização, as causas desse processo e repercussões subjetivas para o indivíduo (CADONÁ; GÓES, 2013; MONTALI, 2006; PEREIRA; BRITO, 2006; GRAZIA, 2007; FERRAZ; GOMES, 2012; FREIRE, 2008). Nesses estudos, observou-se que o

desemprego emerge como elemento central decorrente da reestruturação produtiva e precarização do trabalho, constituindo-se uma séria seqüela social oriunda das mudanças no mundo do trabalho.

No artigo de Cadoná e Góes (2013), foi caracterizada a situação de emprego e desemprego entre os jovens de Santa Cruz do Sul (RS), encontrando provas de que as pessoas na faixa etária entre 16 e 29 anos estão inseridas nos grupos mais suscetíveis a sofrer as consequências da reestruturação do capitalismo, especificamente as mulheres. Esta conclusão converge com Montali (2006), acerca da conjuntura de inserção de mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família, co-provedoras ou provedoras em seus núcleos familiares, pois mesmo quando a mulher ocupa um papel definitivo no acréscimo da renda familiar, ela ainda está sujeita a menores salários e sua permanência nos postos de trabalho é mais vulnerável.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em dezembro de 2015, o contingente de desocupados foi estimado em 1,7 milhão de pessoas nas regiões investigadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A quantidade de desempregados é alta, e esse número aumenta significativamente em determinados grupos populacionais. A fragilidade do mercado de trabalho tem refletido uma forte discriminação econômica e social, atingindo principalmente as mulheres, a população jovem e segmentos nomeados minorias (ESTRAMIANA et al., 2012).

Seligmann-Silva (2011) coteja os conceitos de precarização e precariedade em estudos feitos em países (como o Brasil) marcados por desigualdade socioeconômica, cultura política com traços de colonialismo, desenvolvimento social lento e acesso desigual à educação de qualidade. Verifica que, ao lado da precarização social e do trabalho que atinge muitos, comparece o agravamento de precariedades preexistentes e duradouras. Os mais pobres, os de menor escolaridade, não qualificados e as mulheres, quase sempre, foram os mais lesados pela instabilidade e os mais expostos, portanto, às repercussões da precarização em sua saúde geral e mental. LaMontagne (2010) nomeia este fenômeno de suscetibilidade diferencial: más condições de trabalho podem ser particularmente prejudiciais aos que também experimentam desvantagens, a exemplo da sócio-econômica, porque esses grupos têm menos recursos materiais ou sociais para suportar os impactos das condições precarizadas de trabalho.

Quanto aos estudos de Pereira e Brito (2006) e Grazia (2007), verifica-se que o desemprego é investigado sob uma perspectiva de compreensão dos sentidos produzidos pelos indivíduos nessa condição. Pereira e Brito (2006) identificaram elementos subjetivos do desemprego através da análise dos discursos dos indivíduos desligados do setor industrial no sul de Minas Gerais, com destaque para a exclusão social, a busca de um lugar social e a noção de morte simbólica. De outro modo, Grazia (2007) forneceu dados para o entendimento dos aspectos subjetivos do desemprego, atrelados à questão do amparo dos indivíduos por programas sociais. Os resultados indicam o constrangimento pela dependência dos programas sociais e incômodo com a falta de oportunidades de trabalho, sinalizando a exclusão social.

Na atualidade, o problema que assume maior visibilidade no Brasil é o da precarização das relações sociais de trabalho – com fragilização do vínculo empregatício –, acarretando intermitência cada vez maior entre emprego e desemprego. Na sucessão dos empregos pós-demissão de um emprego formal, o trabalhador tende a encontrar novas oportunidades de trabalho, porém dentro de uma escalada de precarização na qual a permanência em cada nova colocação tende a ser mais rápida (SELIGMANN-SILVA, 2011). Conforme apontado nos artigos de Pereira e Brito (2006) e Grazia (2007), o desempregado sofre impactos de ordem psicossocial relevantes na diminuição do bem-estar. Além de exclusão social, ele ainda se torna alvo de discriminações em função de sua vulnerabilidade social, enfrentando um processo de desvalorização sob o signo da estigmatização que, em geral, o responsabiliza individualmente por sua condição (RIBEIRO, 2007), o que pode originar desordem simbólica e psíquica.

Por fim, Freire (2008) observa que a flexibilização do trabalho produz um terreno fecundo para a emergência de assédio moral, uma vez que o trabalhador se tornou mais suscetível à situação de desemprego. O assédio moral é pertinente aos padrões morais da cultura e aos valores sociais do contexto: ocorre em ambientes de algum modo permissivos. Ao humilhar, o assediador deseja demonstrar poder. A humilhação é um indicador importante na avaliação das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores, ao revelar as formas de violência sutil nas relações organizacionais, que são mais frequentes entre as mulheres e com os adoecidos pelo trabalho (TROMBETTA; ZANELLI, 2011). O indivíduo exposto recorrentemente às situações de assédio pode desenvolver ou agravar transtornos psicopatológicos,

psicossomáticos e comportamentais. Assim, prevenir situações dessa natureza revela-se uma necessidade social voltada para a eliminação de circunstâncias que violentem o trabalhador.

Em síntese, observa-se que os artigos reunidos nesta categoria apresentam claramente alguns dos possíveis danos sociais e psicológicos sofridos pelo trabalhador que está imerso no cerne da precarização do trabalho. Nessa conjuntura, o social e o psicológico fundem-se como elementos constitutivos de um mesmo fenômeno numa relação de interferência mútua, pois não há como tratar o psicológico dissociado de uma realidade que é edificante do sujeito.

Transformações ocorridas no mundo do trabalho, propiciadoras de precarização.

Os trabalhos agrupados nesta categoria procuraram discutir aspectos relativos à análise das mudanças ocorridas ao longo da história do capitalismo, que impactaram nas formas como empregadores e empregados relacionam-se. Compõem este conjunto 5 (29,4%) estudos (ANTUNES, 2011; LIMA, 2009; 2010; FRANCO, 2011; MELLO; MARÇAL; FONSÊCA, 2009) que, em geral, apontaram para o fato de que a exploração da força do trabalhador é inerente à história do próprio capitalismo, mas que atualmente ganhou contornos específicos.

Antunes (2011) explora as facetas do trabalho sem proteção social em oposição ao trabalho contratado e regulamentado, típico da matriz taylorista-fordista. Considera que a precarização se assenta em discursos como o da qualidade total, que em sua lógica de inovação apoia-se na obsolescência da produção, paradoxalmente, legitimando práticas voláteis de relação trabalhista. Através de retóricas de empreendedorismo, cooperativismo, parceria, dentre outros, a informalidade se impõe na lógica que assegura os ganhos do capital.

Coerente com esse raciocínio, Lima (2009; 2010) discute a terceirização e o cooperativismo como práticas que, embora não impliquem necessariamente na precarização dos processos e das relações de trabalho, têm caminhado nesse sentido, afetando os trabalhadores em sua organização coletiva e planejamento da vida pessoal e familiar. Segundo o autor, a terceirização emergiu como um recurso importante para a gestão estratégica, flexibilizando o processo produtivo através da reorganização da produção, com a focalização em atividades-fim e externalização das demais. Quanto às cooperativas, destaca que esse movimento no Brasil não foi proveniente somente de lutas dos trabalhadores por autogestão,

mas sim, de uma série de questões vinculadas à manutenção dos empregos em uma conjuntura de crescimento do desemprego formal, como consequência de transformações econômicas.

Em Franco (2011), o processo de alienação do trabalho permite distinguir três rupturas fundamentais para a vida e a saúde do homem, ocorridas a partir da industrialização: a ruptura nas relações dos homens com a natureza, dos laços dos homens entre si e do homem consigo mesmo. Ilustrando esse panorama detalhado por Franco (2011), o artigo de Mello, Marçal e Fonsêca (2009), que analisou o filme alemão de 1926 intitulado *Metropolis*, de Fritz Lang, captou as mudanças ocorridas no contexto do trabalho e a forma como afetaram o indivíduo em um cenário fictício, mas real para os dias de hoje, tais como: o antagonismo de posições entre empregador/empregado, a automação e a ausência de sentido imposta pelo controle do trabalho, e a precariedade social vivenciada pelos trabalhadores.

Face ao exposto, verifica-se que os estudos compilados nesta categoria revelaram que a precarização do trabalho é uma tendência marcada por mudanças macroestruturais na economia e que as novas formas de trabalho são oriundas da ideia de flexibilização, vinculada à nova fase de mundialização e financeirização do capitalismo, em que a liberdade de mercado é uma premissa básica que atinge as formas de gestão do trabalho (DRUCK, 2007).

Segundo Seligmann-Silva (2011), flexibilidade e desregulamentação dos contratos de trabalho constituem princípios centrais e profundamente interligados no tipo de dinâmica precarizadora que prevaleceu ao longo da reestruturação produtiva. É sob a ação conjunta destes dois princípios que se desenvolvem a intensificação do trabalho e de seu controle, assim como a degradação de ordem ética e moral. A imposição da noção de “tempo útil”, decorrente dessa nova maneira de se relacionar com o trabalho, colabora para a hegemonia, cada vez menos questionada, da ideia “moralizante” de que não se pode perder tempo (pois, tempo é dinheiro) (NAVARRO; PADILHA, 2007). Nessa perspectiva, percebe-se uma lógica de busca incessante pelo aumento da competitividade, produtividade e garantia de lucratividade a qualquer custo, impulsionados por um sistema tecnológico e de informações frenético, que repercute nas formas de uso da força de trabalho, sobretudo, no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos de trabalho precários, sem proteção social e trabalhista.

A questão da flexibilidade é central no entendimento da precarização do trabalho. Acompanhando a interação de variadas flexibilidades postas em prática no contexto laboral -

flexibilidade do processo produtivo; da dinâmica de poder; da estrutura e desenho organizacional; de vínculos e direitos trabalhistas; da jornada de trabalho –, aventa-se o imperativo de uma espécie de flexibilidade constitucional dirigido ao trabalhador pela realidade de trabalho contemporânea. Essa flexibilidade denotaria a capacidade de adaptação do indivíduo diante das características de conjunturas precarizadas de trabalho, numa proposta encaminhada por Sennett (2006). Contudo, a exposição a múltiplas vivências de flexibilização poderia configurar fatores de risco para o desenvolvimento e funcionamento saudável do trabalhador, o que traz à baila a discussão sobre a resiliência nos ambientes corporativos de trabalho. A flexibilidade característica da resiliência é uma das competências requeridas pela dinâmica da modernidade laboral nas organizações, capaz de explicar a administração da própria subjetividade diante das inúmeras situações de tensão, pressão e ruptura. O termo resiliência no contexto do trabalho nas organizações refere-se à existência – ou à construção – de recursos adaptativos, de forma a preservar a relação saudável entre o ser humano e seu trabalho em um ambiente em transformação (BARLACH; LIMONGI-FRANÇA; MALVEZZI, 2008).

Todavia, se por um lado a premência de tais flexibilidades pode colaborar para a manifestação da competência resiliência, por outro pode conduzir aos caminhos da flexibilidade de caráter (SENNETT, 2006). Seligmann-Silva (2011), na esteira das reflexões encetadas por Sennett (2006), alerta para os perigos do apagamento ético, apontando três expressões do fenômeno precarização ética: 1) o rompimento dos laços de confiança; 2) a radicalização da competição individual, com uso de quaisquer meios: ferir a dignidade do outro; recurso à calúnia, à fraude, ou mesmo à crueldade para obter vantagem; 3) o desaparecimento da solidariedade. O risco desse regime moderno de flexibilizações, dentre elas a do caráter do trabalhador, é o acirramento do individualismo, da desfiliação, de uma liberdade amoral.

Considerações finais.

Na atualidade, percebe-se cada vez mais o crescimento do número de trabalhos que cumprem o papel de investigar a própria produção científica. Conforme Bastos et al. (2014), conhecer a produção científica de um determinado campo revela-se uma importante atividade, por produzir informações quanto aos limites, lacunas e achados das áreas do saber que possam

orientar novos avanços da ciência. Assim, o presente estudo objetivou analisar artigos sobre a precarização do trabalho, publicados em duas bases de dados nacionais em um intervalo temporal de 10 anos, e identificar tendências e lacunas para a elaboração de uma agenda de pesquisa.

Constatou-se que as produções brasileiras disponíveis entre os anos de 2005 e 2015 nas bases *SciELO* e *Pepsic* que tratam da precarização do trabalho são, em sua maioria, estudos qualitativos (58,8%), seguidos por trabalhos teóricos (29,4%). Essa tendência indica que o fenômeno urge em ser mais explorado, principalmente através de metodologias quantitativas ou multimétodos, para propiciar a triangulação dos dados e aumentar a capacidade explicativa e preditiva dos resultados. Verificou-se, por exemplo, a ausência de estudos propondo medidas para o construto, assim como abordando os correlatos da precarização do trabalho, seus antecedentes e consequentes. Iniciativas de pesquisa com esse propósito poderiam ser desenvolvidas na perspectiva de ampliação da compreensão do tema sob um viés de menor particularização de contextos estudados e ampliação de poder de generalização de resultados, além de instrumentalizar os pesquisadores e profissionais que atuam na área aplicada.

Além disso, a maior parte das publicações foi desenvolvida e divulgada por pesquisadores (52,9%) e veículos (41,1%) das ciências sociais, denotando a necessidade de conferir maior visibilidade e poder de penetração para a produção da psicologia, quando de seus estudos sobre o tema, por meio da divulgação em periódicos da psicologia e de outras áreas do saber. A interlocução com outras áreas garantiria uma cobertura mais ampla e multifacetada sobre a precarização do trabalho, fenômeno que não deve ser reconhecido como naturalmente cativo das ciências sociais, uma vez que tangencia contribuições do direito, da saúde pública, da filosofia e da psicologia organizacional e do trabalho.

Quanto ao conteúdo dos estudos investigados neste artigo, já existe uma produção que dá conta de didaticamente sistematizar o processo de instauração da precarização do trabalho, aludindo quais condicionantes históricos, econômicos e sociais foram determinantes para sua ocorrência (ANTUNES, 2011; LIMA, 2009, 2010; FRANCO, 2011; MELLO; MARÇAL; FONSÊCA, 2009). Na esteira dos artigos que propõem uma leitura sócio histórica para o fenômeno, também verificamos uma produção dedicada a identificar as consequências e impactos sobre os trabalhadores, quer sejam de contextos específicos de trabalho (indústria,

serviços, setores público ou privado) (DOURADO, 2014; ARAÚJO, 2013; BERNARDO; VERDE; PIZON, 2013; SILVA; MUNIZ, 2011; PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014; WOLFF, 2014), quer sejam grupos de trabalhadores segmentados por características individuais (gênero, idade, *status* ocupacional) (CADONÁ; GÓES, 2013; MONTALI, 2006; PEREIRA; BRITO, 2006; GRAZIA, 2007; FERRAZ; GOMES, 2012; FREIRE, 2008). Uma lacuna que ainda permanece são estudos que ilustrem intervenções de caráter preventivo, de apoio e/ou transformador das vivências precarizadas. Uma vez que a maioria dos psicólogos, quando concluída sua formação, dirige-se à atuação profissional na esfera aplicada preferencialmente do que na área acadêmica (GONDIM; BASTOS; PEIXOTO, 2010), a existência de literatura nacional que disponibilize ferramentas recomendativas e de reflexão para orientar a prática profissional tem utilidade certa (GONDIM; SOUZA; PEIXOTO, 2013).

Algumas questões relativas ao fenômeno precarização do trabalho ainda aguardam por respostas e ações: a) para embasar as políticas de saúde pública e intervenções profissionais, urge estabelecer cientificamente a relação entre precarização e agravo à saúde. É necessário aprimorar os delineamentos e as tecnologias de produção de dados para assegurar a robustez das descobertas dessas iniciativas de produção de conhecimento; b) a fragilidade dos vínculos sindicais pode representar o desmonte de uma estratégia coletiva de enfrentamento das externalidades negativas impostas pela precarização, e nesse caso, referir uma assimetria das forças em disputa. Impõe-se às ciências humanas e sociais refletir se estamos diante de uma reconfiguração da luta de classes, aspecto basilar da produção marxista; c) a ética e o respeito à dignidade humana ocupam posição cada vez menor no cotidiano social, impressões presentes nas perspectivas de Sennett (2006) e Seligmann-Silva (2011). Diante deste cenário, cabe indagar que reflexões, posicionamentos e ações a Psicologia pode (ou deve) assumir.

O presente estudo contribuiu com a apresentação de um panorama geral acerca da temática precarização do trabalho. Foi feito um recorte bastante pontual de textos sobre o assunto, assim, pode-se mencionar como limitação a questão de que o levantamento foi realizado apenas em duas bases de dados, o que pode não representar o estado da arte sobre a precarização do trabalho. Sugere-se, portanto, para os próximos trabalhos, uma investigação mais ampla, envolvendo outros bancos de dados nacionais e internacionais de diversas áreas do conhecimento, visando comparar as produções locais com as estrangeiras sobre o

fenômeno, assim como a produção veiculada no formato de livros, teses e dissertações. Apesar disso, acreditamos que este artigo colabora com uma demonstração sobre o caminho já trilhado neste tema por uma parcela da literatura científica.

Apesar das transformações que testemunhamos hoje e do caráter predatório do uso da força de trabalho (DRUCK, 1999), as pessoas continuam ancorando sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego (NAVARRO; PADILHA, 2007). A precarização das condições de trabalho, a informalização do emprego, o recuo da ação sindical, os crescentes problemas de saúde relacionados ao trabalho demonstram que ainda há um território fecundo a ser desbravado.

SYSTEMATIC SURVEY OF STUDIES ON LABOR PRECARIOUSNESS IN BRAZIL

Abstract:

The precariousness of work is a contemporary trend. Understand the consequences of this process is important for proposing initiatives to reverse the progressive deterioration of the rights and guarantees essential to the health and welfare of workers. The objective of this study is to analyze articles published on precarious work in Brazil in the last 10 years in two databases (SciELO and Pepsic) and identify trends and gaps for the development of a research agenda that encourages researchers. We used the descriptor "precariousness of work", from which it was possible to recover fully 17 articles. The inclusion criteria of the articles were to have as main theme the precariousness of the work and to be published in the time interval between 2005 and 2015. That done, bibliometric and content analysis were performed. The works were grouped into three categories: (1) characterization of precarious work contexts; (2) psychosocial effects of precariousness and (3) analysis of the changes occurring in the world of work. The assessments carried out indicate perspectives of studies on the subject precariousness of work able to broaden understanding of the phenomenon and its impact on the individual while being psychosocial.

Key words: Precariousness of work. Work conditions. Literature review.

ESTUDIO SISTEMÁTICO DE LOS ESTUDIOS DESARROLLADOS SOBRE LA PRECARIEDAD TRABAJO EN BRASIL

Resumèn:

La precarización del trabajo es una tendencia contemporánea. Entender las consecuencias de este proceso es importante para proponer iniciativas para revertir el deterioro progresivo de los derechos y garantías esenciales para la salud y el bienestar de los trabajadores. El objetivo de este estudio es analizar los artículos publicados sobre el trabajo precario en Brasil en los últimos 10 años en dos bases de datos (SciELO y Psyc) e identificar las tendencias y las lagunas para el desarrollo de una agenda de investigación. Se utilizó el descriptor "trabajo precario", de la que era posible recuperar completamente 17 artículos. Los criterios de inclusión fueron los artículos teniendo como tema principal la precariedad del trabajo y tienen publicación en el intervalo de tiempo entre 2005 y 2015. Se realizaron una vez hecho esto, el análisis bibliométrico y contenido. Las obras se agrupan en tres categorías: (1) la caracterización de contextos de trabajo precario; (2) los efectos psicosociales de la precariedad y (3) el análisis de los cambios que ocurren en el mundo del trabajo. Las evaluaciones mostraron perspectivas de los estudios sobre la precariedad del trabajo sujetos capaces de ampliar la comprensión del fenómeno y su impacto en el individuo, mientras que el bienestar psicosocial.

Palabras clave: Precarización del trabajo. Las condiciones de trabajo. Revisión de literatura.

REFERÊNCIAS.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.1, p. 3-10, Jan./Mar. 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, Jul./Set. 2011.

ARAÚJO, Silvia Maria. Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. **Sociedade e Estado**[online], Brasília, n. 3, p. 565-586, Set./Dez. 2013.

ARNOLD, Dennis; BONGIOVI, Joseph R. Precarious, informalizing, and flexible work: transforming concepts and understandings. **American Behavioral Scientist**, Arizona, n. 3, p. 289-308, 2013.

BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. O sindicalismo brasileiro e sua relevância nas relações de trabalho e RH. In: BITENCOURT, C. e cols. (Orgs.). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 115-125.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. Da 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARLACH, Lisete; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; MALVEZZI, Sigmar. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, n. 1, p. 101-112, 2008.

BASTOS, A. V. B. et al. Vínculos dos indivíduos com a organização: análise da produção científica brasileira 2000-2010. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, n. 2, p. 153-162, Abr./Jun. 2014.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; VERDE, Fábio Frazatto; PINZÓN, Johanna Garrido. Vivências de trabalhadores com diferentes vínculos empregatícios em um laboratório público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho[online]**, São Paulo, n. 1, p. 119-133, Jun. 2013.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E. & BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 24-62.

BORGES, Livia de Oliveira; VITULLO, Gabriel Eduardo; PONTE, Júlio Ramon Teles (Orgs.). **Ser bancário: viver o esplendor social ou o trabalho precário?** Curitiba: CRV, 2012.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005.

CADONÁ, Marco Andre; GÓES, César Hamilton. Juventude e trabalho: emprego e desemprego entre jovens no município de Santa Cruz do Sul (RS). **Barbarói[online]**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 36-52, Dez. 2013.

COSTA, Daniel de Oliveira; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A visibilidade dos escondidos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 953-968, 2009.

DOURADO, José Aparecido Lima. Projetos desenvolvimentistas nas terras do sem-fim: expansão do agronegócio e precarização do trabalho no semiárido baiano. **Sociedade & Natureza[online]**, Uberlândia, n. 1, p. 7-23, Jan./Abr. 2014.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH[online]**, Salvador, n. spe. 1, p. 35-56, 2011.

_____. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In: **Seminário Temático: Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea da ANPOCS**, Caxambu: ANPOCS, 2007, p. 2-39.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico**. Salvador: EDUFBA / Boitempo Editorial, 1999.

ESTRAMIANA, José Luis Álvaro et al. Desempleo y bienestar psicológico en Brasil y España: un estudio comparativo. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, n. 1, p. 5-16, Jan./Abr. 2012.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara H. de Andréa. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. **Sociedade e Estado[online]**, Brasília, n. 3, p. 652-662, Set./Dez. 2012.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH[online]**, Salvador, n. spe. 1, p. 171-191, 2011.

FREIRE, Paula Ariane. Assédio moral e saúde mental do trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde[online]**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 367-380, Jul./Out. 2008.

GRAZIA, Giuseppina Rosaria. De trabalhador a pedinte. **Revista Katálysis[online]**, Florianópolis, n. 1, p. 75-85, Jan./ Jun. 2007.

GOMEZ, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 411-421, 1999.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PEIXOTO, Liana Santos Alves. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In: A. V. B. Bastos; S. M. G. Gondim e cols. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 174-199.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; SOUZA, Janice Janissek; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves. Gestão de pessoas. In: L. O. Borges; L. Mourão (Orgs.). **O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 343-375.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, n. 2, p. 201-210, Maio/Ago. 2006.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, Jan./Jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores IBGE**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201512pubCompleta.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2015.

LAMONTAGNE, Anthony D. Precarious employment: adding a health inequalities perspective. **Journal of Public Health Policy**, n. 3, p. 312–317, Set. 2010.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação** – mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 21, p. 59-71, 2006.

_____. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social[online]**, São Paulo, n. 1, p. 113-132, 2009.

_____. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, n. 1, p. 17-26, 2010.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. As LER/DORT e as novas formas de precarização do trabalho. In: G. Alves; A. L. Vizzaccaro-Amaral & D. P. Mota (Orgs.). **Trabalho e estranhamento** - saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTR, 2012. p. 82-95.

_____. A polêmica em torno do nexos causal entre transtorno mental e trabalho. In: J. J. Ferreira (Org.). **Saúde mental no trabalho**: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013. p. 653-660.

MELLO, Sérgio Carvalho Benício; MARÇAL, Maria Christianni Coutinho; FONSÊCA, Francisco Ricardo Bezerra. Os sentidos do trabalho precarizado na metrópolis: fato e ficção! **Organizações & Sociedade[online]**, Salvador, n. 49, p. 307-323, Abr./Jun. 2009.

MENEZES, Lucianne Sant'Anna. **Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho**: desamparo, pulsão de domínio e servidão. 2010. 241 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População[online]**, Belo Horizonte, n. 2, p. 223-245, Jul./Dez. 2006.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. spe., p. 14-20, 2007.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 549-563, Nov./ Mar. 2009.

PEREIRA, Maria Cecília; BRITO, Mozar José. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Revista Mal Estar e Subjetividade[online]**, Fortaleza, n. 1, p. 143-181, Mar. 2006.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SECCO, Letícia Dal Picolo Dal; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, n. 29, p. 171-186, Abr. 2014.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PORTAL BRASIL. **Em nove anos, aumenta escolaridade e acesso ao ensino superior**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/em-nove-anos-aumenta-escolaridade-e-a-cesso-ao-ensino-superior>. Acesso em: 25 fev. 2015.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, Jul./Set. 2011.

_____, Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.116, p. 609-635, Out./Dez. 2013.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, n. 1, p. 75-91, 2007.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Bancários no Brasil e na Espanha (1998-2008): uma década de intensas mudanças. In: L. O. Borges; G. E. Vitullo; J. R. T. Ponte (Orgs.). **Ser bancário: viver o esplendor social ou o trabalho precário?** Curitiba: CRV, 2012. p. 53-75.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Nair Monteiro; MUNIZ, Helder Pordeus. Vivências de trabalhadores em contexto de precarização: um estudo de caso em serviço de emergência de hospital universitário. **Estudos e Pesquisas em Psicologia[online]**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 821-840, Dez. 2011.

SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira et al. Repercussões psicofísicas na saúde dos enfermeiros da adaptação e improvisação de materiais hospitalares. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 236-243, Abr./Jun. 2010.

STANDING, Guy. **The Precariat: the new dangerous class.** New York: Bloomsbury Academic, 2011.

TROMBETTA, Taisa; ZANELLI, José Carlos. **Características do assédio moral.** Curitiba: Juruá., 2011.

VIVES, Alejandra et al. The Employment Precariousness Scale (EPRES): psychometric properties of a new tool for epidemiological studies among waged and salaried workers. **Occupational & Environmental Medicine**, Londres, n. 8, p. 548-555, 2010.

WOLFF, Simone. Desenvolvimento local, empreendedorismo e "governança" urbana: onde está o trabalho nesse contexto? **Caderno CRH[online]**, Salvador, n. 70, p. 131-150, Jan./Abr. 2014.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações do trabalho: construção de projetos para o pós carreira.** Porto Alegre: ARTMED, 2010.

ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto et al. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, n. 1, p. 97-104, Jan./Mar. 2014.

Sobre as autoras:

Tereza Cecília Costa do Nascimento é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: tceciliacn@gmail.com.

Marley Rosana Melo de Araújo é graduada em Psicologia e Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: marleymeloaraujo@gmail.com